

Influência da Condição Financeira na Composição da Delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude 2017

Influence of financial condition on the composition of the Federal District delegation at the 2017 Youth School Games

André Almeida Cunha Arantes¹, Viviane Torres Ferreira², Tácio Rodrigues da Silva Santos³, Gislane Ferreira de Melo⁴

Submetido em: 11-12-2019

Aprovado em: 20-12-2019

Resumo

No final da década de 60 o Ministério da Educação (MEC) designou uma espécie de competição escolar de âmbito nacional, cuja intenção era de favorecimento para a integração nacional das escolas e a descoberta de talentos esportivos, nasceu então os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) que se tornaram o ponto culminante do desenvolvimento do Esporte Escolar. Os jogos escolares são importantes para a descoberta e promoção de talentos com demonstrado na literatura. A dúvida que se tem é se a participação neste evento sofre influência do poder aquisitivo, ou seja, para fazer parte dos jogos escolares é necessário pertencer a famílias com boas condições financeiras? A hipótese deste estudo é que atletas escolares oriundos de estrato social com maior poder de renda, tem mais condições de compor a delegação do Distrito Federal que foi aos Jogos Escolares da Juventude 2017. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi verificar se a condição financeira familiar foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos Escolares da Juventude 2017. Este é um estudo de natureza quantitativa e contou com a participação de 157 atletas escolares, do sexo feminino e masculino, entre 15 e 17 anos. O instrumento de coleta de dados desta pesquisa foi um questionário, desenvolvido na plataforma *Google Forms* e enviado por *e-mail* para os entrevistados. Para verificação dos resultados utilizou-se a análise descritiva. Para os procedimentos estatísticos foi utilizada a ferramenta digital *Social Science Statistics*. O estrato econômico inferior obteve maior representatividade na delegação. Este dado contesta nossa hipótese inicial, e, portanto, ela deve ser refutada. Como os programas da iniciativa pública (Bolsa Atleta / Compete Brasília / Auxílio do Ministério do Esporte) têm uma maior aderência no estrato econômico inferior, esta é uma possível explicação para o resultado desta pesquisa. Estes programas são prováveis mitigadores do desnível de oportunidades associados a diferentes condições econômicas. Ao ter acesso a estes programas, jovens do estrato econômico inferior se equiparam em condições aos jovens mais abastados, o que foi suficiente para aumentar seu poder competitivo. As bolsas de estudo são mais frequentes no estrato econômico inferior, o que faz com que a representação de escolas públicas apareça em número diminuto. Os resultados desta pesquisa, apenas em torno de escolas públicas e privadas, podem criar impressão equivocada. Para futuras pesquisas sugere-se que a categoria de idade de 12 a 14 anos seja investigada.

Palavras-Chave: Organização e Administração. Política Pública. Educação. Jogos Escolares. Esporte Escolar.

¹ Doutorado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Foi Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento e Diretor do Esporte de Base e Alto Rendimento do Ministério do Esporte entre 2003 e 2015. Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Endereço: SEPN 707/907, 70790-075, Campus Universitário, Asa Norte, Brasília, DF, Brasil. E-mail: andre.arantes@ceub.edu.br

² Graduanda em Educação Física pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). E-mail: viviane.torres@sempreceub.com

³ Doutorado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Professor Titular do UniCEUB. E-mail: tacio.santos@ceub.edu.br

⁴ Doutorado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Coordenadora do Programa Stricto Sensu em Educação Física da UCB. E-mail: gislane.melo@gmail.com

Abstract

In the late 60's the Ministry of Education (MEC) created a kind of national school competition, whose intention was to favor the national integration of schools and the discovery of sports talents, the Brazilian School Games (JEBs) were born and became the culmination of the development of school sports. School games are important for the discovery and promotion of talent as shown in the literature. The question is whether participation in this event is influenced by purchasing power, that is, to be part of school games it is necessary to belong to families with good financial conditions? The hypothesis of this study is that school athletes from the social strata with higher income power are better able to compose the delegation of the Federal District that went to the Youth School Games 2017. In this sense, the objective of this research was to verify if the financial condition family member was crucial to be part of the Federal District delegation that participated in the 2017 Youth School Games. This is a quantitative study and had the participation of 157 female and male school athletes, between 15 and 17 years old. The data collection instrument of this research was a questionnaire, developed on the Google Forms platform and sent by email to the interviewees. To verify the results, we used the descriptive analysis. For statistical procedures, the digital tool Social Science Statistics was used. The lower economic stratum obtained greater representation in the delegation. This data challenges our initial hypothesis, and therefore it must be refuted. As the programs of the public initiative (Bolsa Atleta / Compete Brasília / Aid from the Ministry of Sport) have greater adherence in the lower economic stratum, this is a possible explanation for the result of this research. These programs are likely to mitigate the gap in opportunities associated with different economic conditions. By having access to these programs, young people from the lower economic stratum were able to match the wealthier young people, which was enough to increase their competitive power. Scholarships are more frequent in the lower economic stratum, which makes the representation of public schools appear in small numbers. The results of this research, only around public and private schools, can create the wrong impression. For future research it is suggested that the age category from 12 to 14 years be investigated.

Keywords: *Organization and Administration. Public policy. Education. School games. School sport.*

1 Introdução

Segundo Meira e Bastos (2011) a estrutura de esporte e programas voltados ao desenvolvimento de atletas é importante para entender o sistema esportivo dos países. No Brasil, uma iniciativa importante na área do esporte escolar foi a criação dos Jogos Estudantis Brasileiros (Arantes, 2019).

Desde a criação dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) pelo Ministério da Educação [MEC] em 1969, percebe-se que houve mudança na nomenclatura que identifica o evento diversas vezes, das modalidades e da orientação em relação a busca por talentos esportivos (Arantes, Silva, & Sarmiento, 2012).

Apesar de ser uma ação antiga, apenas recentemente os Jogos Escolares encontraram apoio na lei geral do esporte (Lei 9.615, 1998). A base teórica para tal incorporação foi contribuição de Tubino (2010) quando apresentou novo conceito sobre o esporte-educação. Nesta nova definição o autor afirma que existe espaço para o “esporte para todos na escola” e o esporte para os que tem “vocação esportiva”. Estes novos conceitos ficaram assim incorporados no decreto regulamentador da lei geral do esporte (Decreto 7.984, 2013):

Parágrafo primeiro: “Desporto educacional pode constituir-se em:

- I. Esporte educacional, atividades em estabelecimentos escolares e não escolares..., referenciados em princípios socioeducativos como inclusão...
- II. Esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar...”

A respeito do tema da descoberta de talentos, Arantes, Melo, Martins e Sarmiento (2017), em pesquisa que cotejou os resultados encontrados em boletins das Olimpíadas Escolares com os resultados das competi es nacionais das Confedera es Brasileiras entre os anos de 2005 e 2010, obtiveram a identifica o de talentos na ordem de 61,9% no ano de 2010. Estes resultados mostram que os jogos vêm cumprindo papel relevante na descoberta de talentos esportivos.

O programa “Atleta na Escola” (MEC, 2013), ajuda a explicar como ocorre o acesso a etapa nacional dos Jogos Escolares. Existe um processo seletivo, que envolve escolas e municípios na fase inicial, passando pelo estado e a partir desta etapa forma delega o representativa para a etapa nacional, que atualmente se chama Jogos Escolares da Juventude. Ou seja, uma das condi es para participa o no evento nacional   que cada Estado promova seletivas estaduais e que eleja os melhores atletas para participar da etapa nacional. O Distrito Federal organiza os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) desde a década de 60 e em 2017 enviará uma delega o para participar dos Jogos Escolares da Juventude.

Segundo Arantes et al. (2017) os jogos escolares são importantes para a descoberta e promo o de talentos. A d vida que se tem   se a participa o neste evento sofre influência do poder aquisitivo, ou seja, para fazer parte dos jogos escolares   necessário pertencer a famílias com boas condi es financeiras? Segundo Peres e Lovisolo (2006) e Arantes (2019) ainda   escassa a literatura sobre os jogos escolares. Especificamente sobre a influência do poder aquisitivo na forma o da delega o do Distrito Federal e de outros estados, não foram encontradas informa es em recente busca feitas para subsidiar este artigo, utilizando os seguintes termos: Jogos escolares associados a aspectos econ micos, socioeconômicos e renda familiar. As buscas foram realizadas nas bases de Pesquisa integrada UniCEUB, Pesquisa integrada Bibliotecas da UnB, Google Acad mico, Portal de Periódicos da Capes, Portal de Educa o Física, Biblioteca Digital Brasileira de Educa o Física e EBSCO.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi verificar se a condição financeira familiar foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos Escolares da Juventude 2017. A hipótese deste estudo é que atletas escolares oriundos de estrato social com maior poder de renda, tem mais condições de compor a delegação do Distrito Federal que foi aos Jogos Escolares da Juventude 2017.

2 Revisão de Literatura

Atletas de elite, em seu processo de formação, passam por três estágios: iniciação, especialização e aperfeiçoamento do talento. Alguns vivenciam ainda um quarto estágio, o da manutenção (Bloom, 1985; Durand-Bush & Samela, 2002). Bompa (1999) sugere que as etapas para a Alta Competição são a identificação de talentos, o treino a longo prazo, o treino científico e metodológico e a alta competição. Inicialmente propõe que as crianças façam desenvolvimento multilateral, praticando diversas modalidades diferentes com o objetivo de trabalhar flexibilidade, coordenação e progressivamente força, velocidade e resistência. Segundo Bompa (1999), à medida que a idade avança as cargas de desenvolvimento multilateral devem diminuir e ceder espaço para as cargas de treinamento especializado. Afirma que a especialização precoce não leva o indivíduo a maximizar o seu resultado na fase adulta e, pelo contrário, faz com que vários atletas abandonem as competições mesmo antes de terem atingido a idade ideal para o desempenho máximo.

Com relação às etapas do desenvolvimento esportivo, Bompa (1999) apresenta inicialmente dois grandes períodos, um inicial de preparação geral, entre os 6 e 14 anos, que visa a iniciação e a formação esportiva em pré- púberes e púberes e outro de preparação específica para idades iguais e superiores a 15 anos, voltado à especialização e alta competição e com objetivo de trabalhar com pós-púberes, adolescentes e adultos. Vaeyens, Lenoir, Williams e Philippaerts (2008) relatam experiência desenvolvida pela UK Sport em que os talentos inicialmente selecionados são expostos a até seis meses de treino sistematizado para a validação de seu talento.

Segundo Balyi (2001), há esportes considerados de especialização precoce e outros de especialização tardia. Em termos de aplicação do modelo de LTAD (Long Term Athlete Development), o que difere são os estágios, onde para os primeiros constituem quatro estágios e para os segundos cinco estágios. Para Balyi (2001) os estágios são:

- 1) Fundamental: idades entre 6 e 10 anos para ambos sexos. Ênfase no desenvolvimento de agilidade, equilíbrio, coordenação e velocidade por meio da brincadeira. Introdução de regras simples e ética do esporte;
- 2) Treinando para treinar: idade entre 10 e 14 anos para o sexo masculino e 10 a 13 anos para o sexo feminino. Introdução de conceitos básicos de técnica e tática. Nas competições a ideia é brincar de vencer e a relação entre treinamento e competição deve ser de 3 para 1;
- 3) Treinando para competir: idades entre 14 e 18 para sexo masculino e entre 13 e 17 no sexo feminino. A relação da competição para o treino deve ser de 1 para 1. Desenvolvimento de habilidades técnicas e táticas, ganhos físicos e preparação específica de alta intensidade para o treinamento e competição;
- 4) Treinando para vencer: 18 anos e acima disso para sexo masculino e a partir de 17 anos para sexo feminino. O foco neste período é a otimização da performance. A relação entre treinamento e competição se inverteu, agora é de 1 para 3;
- 5) Aposentadoria (transição): Neste período, em que o atleta se retira definitivamente das competições, ocorre a reorientação da atividade do atleta, para outras carreiras

profissionais, como treinamento, administração esportiva, competição master e outros.

É interessante notar que a lógica da estruturação do LTAD para Balyi (2001) está fundamentada na relação treino\competição. Quanto mais longe do período ótimo para resultados, menor o foco na competição e maior no treinamento. À medida que o período de otimização da performance vai chegando em torno dos 18 anos, o foco vai se invertendo, até que a competição passa a ser o centro orientador.

Bompa (1999) também relaciona idades, ou fases de desenvolvimento do Programa de Treino a longo prazo, a diferentes níveis de competição. Sugere que, para natação, nas idades 12 a 13 anos, a competição deve ter muito de divertimento, na fase de especialização, entre os 14 e 16 anos, o nível da competição deve ser local, a partir dos 16 anos, com a finalização da etapa de especialização e o início da etapa de alto rendimento, a participação progressiva em competições regionais, nacionais e, por fim, internacionais.

Macphall, Kirk e Eley (2003), em pesquisa que analisou a resposta de 608 jovens ingleses entre 14 e 15 anos, indica que, com relação às competições, a ideia geral é de que houvesse competições para os diferentes níveis de habilidades no caminho da formação esportiva, a competição também é considerada crucial, pois sem ela não há como descobrir talentos (Bohme, 2011; Peres & Lovisolo, 2006).

Segundo Mesquita (2000), “a competição deverá ser entendida como fazendo parte do processo de formação do atleta, em virtude de se constituir como meio preferencial de aplicação e consequente avaliação das aquisições, fruto de processo de treino”. Mesquita (2004, como citado em Gaya, Marques e Tani (2004, p. 143-170) observa, ainda, que a integração da criança à forma de competição adulta deve ser feita de maneira gradual. O autor destaca que o problema inicial da formação esportiva é conseguir proporcionar a muitos jovens o acesso a “uma prática desportiva regular, efetuando-se de uma forma progressiva e refletida, a discriminação dos que revelam talento no acesso a uma carreira desportiva, na perspectiva do alto rendimento...”. Segundo Sarmiento, Bastos e Luguetti (2012), o esporte, quando bem desenvolvido nas idades iniciais, prepara jovens para “as diferentes manifestações esportivas”. Gagné (2011) afirma que o *Differentiated Model of Giftedness and Talent* (DGMT) pode ser utilizado para desenvolver o talento em várias atividades, como esporte, arte e tecnologia, por exemplo.

Segundo Araújo e Davids (2011), o talento se verifica na relação dinâmica entre as restrições impostas pelo ambiente e os recursos do indivíduo; portanto, a performance do talentoso deriva-se da melhoria funcional do indivíduo e do contexto em que ele se insere. Vaeyens et al. (2008) afirmam que a identificação de talentos e o desenvolvimento de programas devem ser dinâmicos e conectados, levando em consideração as questões relativas à maturidade e potencial de desenvolvimento e não excluir as crianças em idades precoces. MacDonald (2011) acredita que é fundamental aumentar o acesso de jovens aos programas de talentos, pois é isso que efetivamente aumentará a probabilidade de identificar os talentos esportivos.

Marques (2013) acredita que a escola pode contribuir com a promoção do desporto colaborando com os clubes no recrutamento dos talentos esportivos, organizando competições escolares e extraescolares. Sarmiento et al. (2012) afirma que a “competição não exclui os valores socioeducativos do desporto” e, por isso, deve ter seu lugar garantido na escola.

3 Metodologia

Este é um estudo de natureza quantitativa e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB com CAAE: 79106117.4.0000.0023. Participaram deste estudo, 157

atletas escolares, do sexo feminino e masculino, entre 15 e 17 anos, participantes na delegação do Distrito Federal que competiu nos Jogos Escolares da Juventude de 2017.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário, desenvolvido na plataforma *Google Forms* e enviado por *e-mail* para os entrevistados. Escolheu-se o questionário como instrumento de pesquisa pois é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (Marconi & Lakatos, 1999) e que segundo Gill (1999) tem por objetivo “...o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesse, expectativas, situações vivenciadas etc.”

As questões do questionário abarcaram dados sobre características sociodemográficas (sexo, local de estudo, renda familiar) e sobre acesso a políticas públicas (Programa Bolsa Atleta, Programa Compete Brasília e auxílio do Ministério do Esporte (ME)) e iniciativas privadas de apoio ao esporte (bolsas de estudos e patrocínio privado).

O e-mail dos atletas escolares foi obtido com a Gerência de Educação Física e Desporto Escolar (GEFID) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Em reunião da GEFID com todos os técnicos e atletas escolares, foi explicado o teor do questionário digital e sua função. Os e-mails foram enviados na semana que antecedeu o início dos Jogos Escolares da Juventude 2017. Assim que abriam o questionário digital, os respondentes leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que aparecia como primeira página em seu aparelho digital (celular, computador ou IPAD) e decidiam preencher ou não o questionário digital. A média de tempo para resposta do questionário digital foi de 5 minutos. Apenas uma pequena parte dos questionários foram respondidos antes do início do evento, e o monitoramento desta informação levou a equipe de pesquisa ao hotel onde a delegação se encontrava para estimular o preenchimento do questionário digital. O contato no hotel foi feito inicialmente com os técnicos e com os próprios atletas escolares.

Os atletas escolares foram agrupados pela renda familiar declarada, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1

Estratificação econômica quanto à renda familiar declarada

Renda Familiar Declarada (Nominal)	Renda Familiar Declarada (Salários Mínimos)	Grupo de Inserção
Até R\$ 3.748,00	Até 4 salários mínimos	Estrato Econômico Inferior
R\$ 3.748,01 a R\$ 7.496,00	Até 8 salários mínimos	Estrato Econômico Intermediário
Acima de R\$ 7.496,01	Acima de 8 salários mínimos	Estrato Econômico Superior

A frequência relativa das respostas foi comparada entre os grupos com o teste qui-quadrado, executado pela ferramenta digital Social Science Statistics (<https://www.socscistatistics.com>). Diferenças com o valor de p menor ou igual 0,05 foram consideradas estatisticamente significativas, e diferenças com o valor de p entre 0,06 e 0,10 foram consideradas tendências estatísticas.

4 Resultados

A maior parte dos atletas escolares está inserido no estrato econômico inferior. Em seguida, respectivamente, o estrato econômico intermediário e o estrato econômico superior (Figura 1).

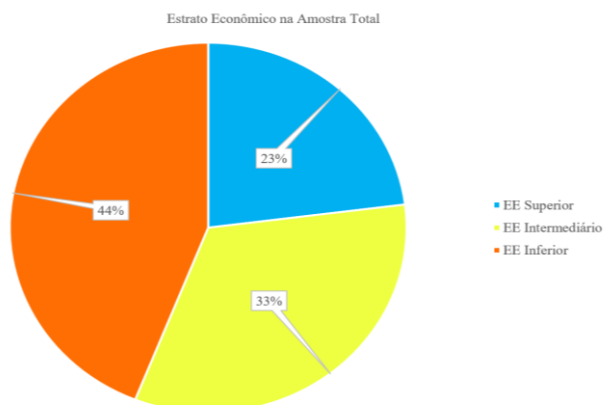


Figura 1 - Estrato Econômico.

Na amostra como um todo, a maioria é do sexo masculino (52%). Entretanto, no estrato econômico inferior, a maior parte é do sexo feminino, e a proporção do sexo feminino neste estrato econômico é significativamente maior que no estrato econômico intermediário (65% vs. 33%, respectivamente; $p < 0,01$) e que no estrato econômico superior (65% vs. 36%, respectivamente; $p < 0,01$). Não houve diferença significativa entre o estrato econômico intermediário e o estrato econômico superior (33% vs. 36%, respectivamente; $p = 0,66$).

De maneira geral, a maioria estuda em escola privada (71%). Esta característica mantém na análise de cada estrato econômico, especificamente. Contudo, a proporção de estudantes de escola pública no estrato social inferior é significativamente maior que no estrato econômico intermediário (40% vs. 25%, respectivamente; $p = 0,02$) e que no estrato econômico superior (40% vs. 11%, respectivamente; $p < 0,01$). A proporção de estudantes de escola pública no estrato econômico intermediário também é significativamente maior que no estrato econômico superior (25% vs. 11%, respectivamente; $p = 0,05$), é o que mostra a Figura 2.

Na amostra como um todo, a maioria não recebe bolsa de estudos. Todavia, no estrato econômico inferior, a maior parte estuda com bolsa. A proporção de bolsistas no estrato econômico inferior é significativamente maior que no estrato econômico intermediário (58% vs. 25%, respectivamente; $p < 0,01$) e que no estrato econômico superior (58% vs. 19%, respectivamente; $p < 0,01$). Não houve diferença significativa entre o estrato econômico intermediário e o estrato econômico superior (25% vs. 19%, respectivamente; $p = 0,54$).

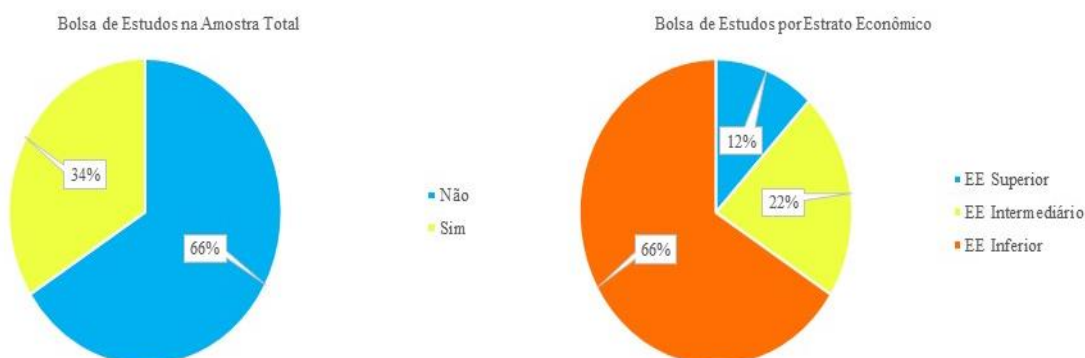


Figura 2 - Bolsa de Estudos na amostra total e por estrato econômico.

De maneira geral, a maioria não recebeu patrocínio privado (Figura 3). O mesmo ocorre analisando especificamente cada estrato econômico, de modo que não houve diferença estatisticamente significativa entre a proporção de atletas escolares patrocinados no estrato econômico inferior e no estrato econômico intermediário (17% vs. 25%, respectivamente; $p=0,31$), no estrato econômico inferior e no estrato econômico superior (17% vs. 22%, respectivamente; $p=0,55$), ou no estrato econômico intermediário e no estrato econômico superior (25% vs. 22%, respectivamente; $p=0,54$).

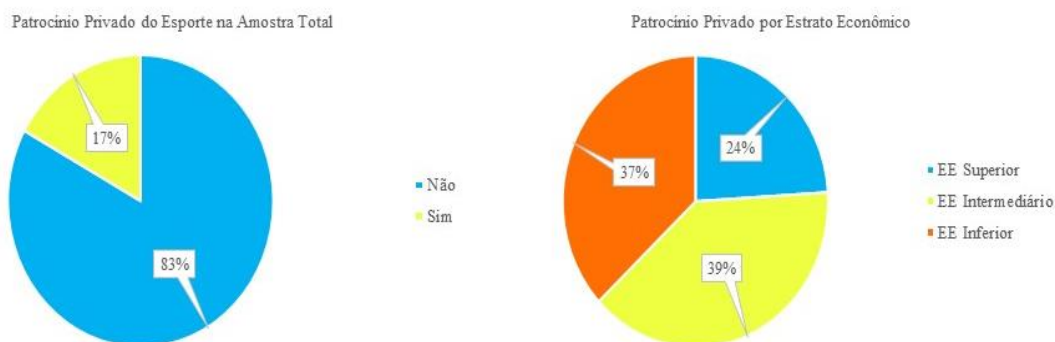


Figura 3 - Patrocínio privado do esporte.

Uma pequena fração dos atletas escolares recebeu auxílio do Programa Bolsa Atleta (Figura 4). Beneficiários deste programa foram minoria em todos os estratos econômicos, mas ainda assim, houve diferença significativa entre a proporção de beneficiários no estrato econômico inferior e no estrato econômico intermediário (33% vs. 12%, respectivamente; $p<0,01$). Não houve diferença significativa entre o estrato econômico inferior e o estrato econômico superior (33% vs. 17%, respectivamente; $p=0,70$), ou estrato econômico intermediário e estrato econômico superior (12% vs. 17%, respectivamente; $p=0,49$).

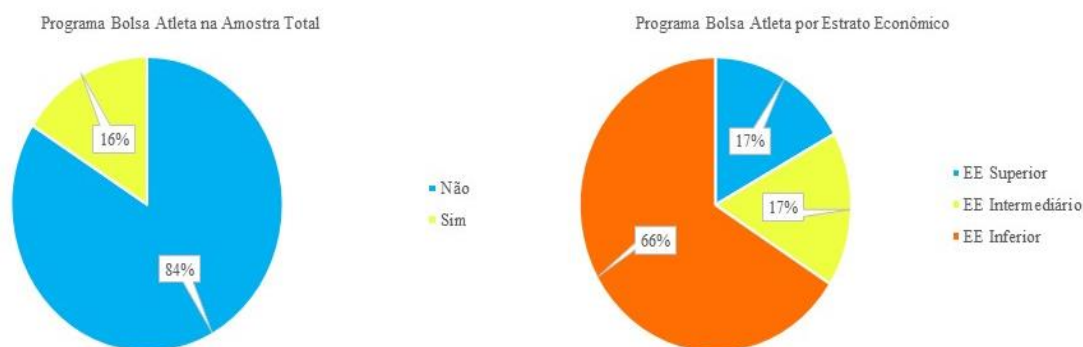


Figura 4 - Programa Bolsa Atleta.

Pouco mais de um terço da amostra recebeu auxílio do Programa Compete Brasília (Figura 5). Os beneficiários de tal programa foram maioria no estrato econômico inferior, com uma tendência de maior proporção que no estrato econômico intermediário (58% vs. 40%, respectivamente; $p=0,06$), mas sem diferença significativa entre o estrato econômico inferior e o estrato econômico superior (58% vs. 42%, respectivamente; $p=0,11$), ou entre o estrato econômico intermediário e o estrato econômico superior (40% vs. 42%, respectivamente; $p=0,90$).



Figura 5 - Programa Compete Brasília.

Auxílios do Ministério do Esporte foram recebidos também por cerca de um terço da amostra (Figura 6). No estrato econômico inferior, estes auxílios alcançaram uma maioria discreta. Mesmo deste modo, a proporção dos auxílios foi significativamente maior no estrato econômico inferior que no estrato econômico intermediário (51% vs. 29%, respectivamente; $p=0,02$) e que no estrato econômico superior (51% vs. 31%, respectivamente; $p=0,05$). Não houve diferença significativa entre o estrato econômico intermediário e o estrato econômico superior (29% vs. 31%, respectivamente; $p=0,86$).

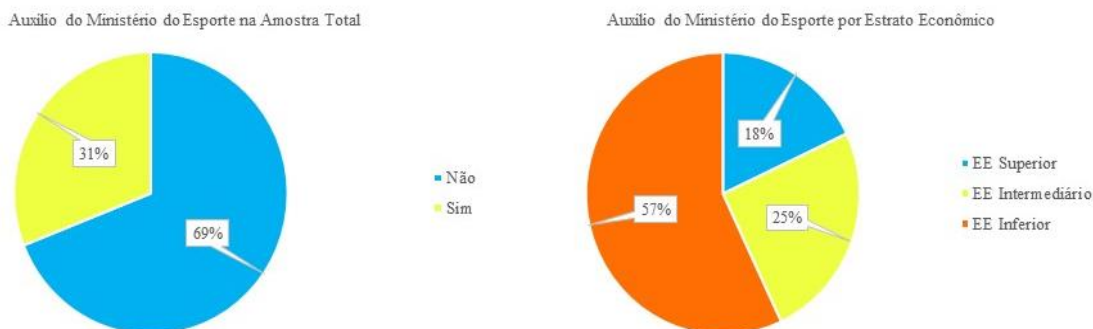


Figura 6 - Auxílio do Ministério do Esporte.

5 Discussão

Como já tratado no início deste artigo não foram encontrados trabalhos sobre dados socioeconômicos e jogos escolares no Distrito Federal ou dados socioeconômicos e jogos escolares em qualquer outra unidade da federação. Isto impossibilitou fazer uma comparação dos dados encontrados neste trabalho com outros que focassem no mesmo objeto. No sentido de fazer algum cotejamento de dados, buscou-se relacionar os dados desta pesquisa, com outros trabalhos que fazem o recorte socioeconômico e estabelecem vínculo com o esporte ou educação, mesmo que não diretamente com os jogos escolares.

Neste sentido, o resultado obtido em relação a predominância do estrato econômico inferior (44%) na composição da delegação do Distrito Federal que disputou os Jogos Escolares da Juventude em 2017, destoia do que parece apontar a literatura. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016) aponta que apenas 17,7% de alunos da rede pública de ensino e 66,2% da rede privada tem escolas com ambiente adequado para a prática esportiva,

contempladas pela presença de quadra esportiva, material esportivo e vestiário simultaneamente. Segundo Gaya e Guedes (2002), pessoas de nível socioeconômico mais privilegiado praticam mais esporte do que as pessoas oriundas de estratos sociais mais baixos. Em Siqueira, Freire, Lima, Souza e Nascimento (2019) os resultados indicam que quanto maior o poder aquisitivo, menor é a desmotivação para a prática esportiva. Segundo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2017) “é possível afirmar que a posição socioeconômica influencia o acesso e disponibilidade de meios importantes associados à prática de AFES”, ou seja, atletas escolares de estrato econômico superior tem mais acesso a prática do esporte, sendo que o contrário acontece com atletas escolares oriundos de estrato econômico inferior.

Os achados acima (Gaya & Guedes, 2002; IBGE, 2016; PNUD, 2017; Siqueira, 2019) demonstram que pertencer a estrato econômico inferior impacta negativamente no acesso a infraestrutura esportiva, na prática esportiva e na motivação para o esporte. Todos estes dados indicavam que a composição da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares Brasileiros deveria ser prioritariamente de atletas escolares oriundos de estrato econômico superior. Mas o que se viu como resultado desta pesquisa foi o contrário.

Os achados desta pesquisa relacionado as iniciativas do poder público parecem contribuir no esclarecimento desta aparente contradição. As políticas públicas de apoio ao esporte como Compete Brasília (53%), auxílio do Ministério do Esporte (57%) e Bolsa Atleta (66%), foram majoritariamente acessadas pelos atletas escolares do estrato econômico inferior. Ao que tudo indica, o acesso a estas políticas públicas aumentou o poder de competição deste estrato e criou melhores condições objetivas para uma disputa mais equilibrada. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2015), toda pessoa deve ter condições de atingir um “nível de realização que corresponda a suas capacidades e a seus interesses” e que as autoridades públicas são responsáveis por definir planos nacionais para o desenvolvimento do esporte. Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), afirma a importância do esporte para o empoderamento dos jovens e para a inclusão social, que neste caso pode ser entendido como permitir acesso a esporte de qualidade para os estratos sociais menos privilegiados.

Em relação aos achados desta pesquisa referentes ao sexo, percebe-se que o estrato econômico inferior é o único composto por maioria do sexo feminino (65%). Este dado parece indicar que os jogos escolares são uma boa estratégia para estimular a prática esportiva entre atletas escolares do sexo feminino do estrato econômico inferior. Como documentos importantes da política esportiva nacional e internacional (IBGE, 2016; ME, 2015; PNUD, 2017; UNESCO, 2015; ONU, 2015) apontam para a necessidade de estimular a prática esportiva do sexo feminino, os jogos escolares parecem se posicionar como um bom parceiro para este fim.

O dado sobre a participação na delegação do Distrito Federal relacionado a alunos provenientes da rede pública (29%) e rede privada (71%), pareceram inicialmente contraditório ao volume majoritário do estrato econômico inferior na delegação. Porém, entre os atletas escolares que receberam o benefício da bolsa de estudos, verifica-se expressivo percentual de atletas escolares do estrato econômico inferior (66%) que recebem bolsa das escolas privadas para estudar e atuar esportivamente representando-as.

Em 2018 no Distrito Federal foram 658.580 matrículas na Educação Básica, sendo que destas 70% em escolas da rede pública e o restante em escolas privadas Pesquisas (INEP, 2018). Estes números explicam o interesse das escolas privadas em alunos da rede pública.

Segundo Barreto (2012), as escolas que recebem os atletas escolares flexibilizam suas normas para atender a demanda dos clubes formadores. Isto reforça a preocupação com a

formação destes atletas escolares. Caso ela seja deficiente, isto poderá significar uma transição difícil para o mercado de trabalho (Azevedo, Santos, Costa, Soares, & Antônio, 2017).

Por outro lado, Balzano (2008) afirma que a modalidade de bolsas de estudo para atletas escolares parece favorecer a inclusão de pessoas do estrato econômico inferior em escolas privadas, isto devido ao fato destes representarem a escola em competições esportivas e com isto serem respeitados e acolhidos no meio escolar.

6 Conclusões

O estrato econômico inferior obteve maior representatividade na delegação. Este dado contesta nossa hipótese inicial, e, portanto, ela deve ser refutada. Como os programas da iniciativa pública (Bolsa Atleta/ Compete Brasília/ Auxílio do Ministério do Esporte) têm maior aderência neste estrato, esta é uma possível explicação para o resultado da pesquisa. Estes programas são prováveis mitigadores do desnível de oportunidades associados a diferentes condições econômicas. Ao ter acesso a estes programas, jovens do estrato econômico inferior se equipararam em condições aos jovens mais abastados, o que foi suficiente para aumentar seu poder competitivo.

As bolsas de estudo são mais frequentes no estrato econômico inferior, o que faz com que a representação de escolas públicas apareça em número diminuto. Os resultados desta pesquisa, apenas em torno de escolas públicas e privadas, podem criar impressão equivocada, levando a acreditar que haveria poucos atletas escolares do estrato econômico inferior.

A partir dos dados desta pesquisa é possível afirmar que não existiu relação positiva entre maior poder aquisitivo e maior presença na delegação brasiliense. O que se percebeu foi a virtude das políticas públicas de esporte a nível local e nacional atuando como atenuantes das diferenças econômicas familiares. Portanto, quanto maior a presença do poder público na oferta de programas de suporte ao desenvolvimento esportivo, maior será a participação do estrato econômico inferior.

Para futuras pesquisas sugere-se que a categoria de idade de 12 a 14 anos seja investigada. Como limitações para esta pesquisa aponta-se o baixo volume de estudos sobre os jogos escolares e a inexistência de estudos que relacionem extrato social e participação neste tipo de evento. Além disto, o grande número de respostas ao questionário enviado por e-mail só foi garantido pois, em 2017 os Jogos Escolares da Juventude ocorreram em Brasília e esta situação possibilitou contactar técnicos e atletas escolares pessoalmente e sensibilizá-los para importância das respostas.

Referências

- Arantes, A. A. C., Silva, F. M., & Sarmiento, J. P. (2012). Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica. *Revista Motricidade*, 8(2), 916-924.
- Arantes, A., Melo, G., Martins, F., & Sarmiento, P. (2017). *El papel de los Juegos Olimpicos escolares en la formacion de los atletas brasilenos*. Actas científicas. V ALGEDE. Buenos Aires.
- Arantes, A. (2019). *Diferentes olhares sobre os Jogos Escolares Brasileiros: Retrospectiva, perspectiva dos gestores, nível técnico e atletas olímpicos*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Física. Universidade Católica de Brasília. Brasília.

- Araújo, D., & Davids, K. (2011). Talent Development: From Possessing Gifts, to Functional Environmental Interactions. *Talent Development & Excellence*, 3(1), 23-26.
- Azevedo, F., Santos, M., Costa, W. R., Soares, F. G., & Antônio, J. (2017). Formação escolar e formação esportiva: Caminhos apresentados pela produção acadêmica. Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil. *Movimento*, 23(1), 185-199.
- Balyi, I. (2001). *Sport System Buildin and Long Term Athlete Development in British Columbia*.
- Balzano, O. N. (2008). *Projeto esporte social: Uma possibilidade de inclusão dos alunos negros, atletas e oriundos de classes populares na escola privada, através do futebol* (Dissertação de Mestrado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle – Unilasalle.
- Barreto, P. H. G. (2012). *Flexibilização Escolar a Atletas em Formação Alojados em Centros de Treinamento no Futebol: Um Estudo na Toca da Raposa e na Cidade do Galo* (Dissertação de Mestrado). Vitória: PPGEF/UFES.
- Bloom, B. S. (1985). *Developing talent in young people*. Nova York: Ballantine.
- Bohme, M. T. S. (2011). *Esporte infanto-juvenil: Treinamento em longo prazo. Detecção, seleção e promoção de talentos esportivos*. São Paulo: Phorte.
- Bompa, T. (1999) *Seminário Internacional de Treino de Jovens. Planejamento a longo prazo: O caminho para a alta competição*. Centro de Estudos e Formação Desportiva. Lisboa: Secretaria do Estado do Desporto.
- Decreto n. 7.984 de abril de 2013*. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, 09.04.2013. Brasília. Poder Executivo, 2013.
- Durand- Bush, N., & Samela, J. (2002). The development maintenance of esport athletic performance: Perception of world and olimpic champions. *Journal of Applied Sport Phychology*, 5(14), 154-171.
- Gagné, F. (2011). Academic Talent Development and the Equity Issue in Gifted Education. *Talent Development & Excellence*, 3(1), 3-22.
- Gaya, A., & Guedes, C. (2002). Estilos de vida: Um retrato da realidade - Estudo associativo do nível socioeconômico sobre os hábitos de vida dos escolares das escolas da rede pública municipal e privada de Porto Alegre. *Revista Perfil*, 6(6). Porto Alegre.
- Gaya, A., Marques, A., & Tani, G. (2004). *Desporto para crianças e jovens: Razões e finalidades*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 143-170.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5a ed.) São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Estatística da Educação Básica 2018/INEP*. Brasília: INEP.
- Lei 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé). Diário Oficial da União, 25.3.1998. Brasília: Poder Executivo, 1998.
- MacDonald, D. J. (2011). Debating the applicability of Gagnés Talent Development Model in the Sport Domain. *Talent Development & Excellence*, 3(1), 89-90.
- Macphall, A., Kirk, D., & Eley, D. (2003). Listening to young peoples voices: Young sports leaders advice on facilitating participation in sports. *European Physical Education Review*, 9(1), 57-73.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa* (3a Ed.) São Paulo: Atlas.
- Marques, A. (2013). Seminário Internacional de Treino de Jovens. Crianças e Adolescentes Atletas: Entre a escola e os centros de treino... entre os centros de treino e a escola. Centro de MEC. Programa Atleta na escola. Recuperado de <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>
- MEC. (2013). *Atleta na escola*. Recuperado de <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>
- Meira, B. T., & Bastos, F. C. (1999). Esporte infanto-juvenil: Treinamento em longo prazo. Estrutura de organização e de promoção esportiva. *Estudos e Formação Desportiva*. Lisboa: Secretaria do Estado do Desporto. São Paulo: Phorte.
- Mesquita, I. (2000). *Pedagogia do treino: Formação em jogos esportivos coletivos* (2a ed.). Lisboa: Cultura Física.
- Ministério do Esporte. (2015). *Diagnóstico Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Agenda 2030.
- Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura. (2015). *Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte*. UNESCO.
- Peres, L., & Lovisolo, H. (2006). Formação esportiva: Teoria e visões do atleta de elite no Brasil. *Revista de Educação Física da UEM*, 17(2), 211-218.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2017). *Movimento é vida: Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil Brasília: PNUD.
- Sarmiento, P., Bastos, F., & Luguetti, C. (2012). *Professor de Educação Física: Fundar e dignificar a profissão. A sustentabilidade dos Sistemas Desportivos e o Desporto na Escola*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.

- Siqueira, A. C. F, Freire, G. L. M, Lima, E. F, Souza, V. C, & Nascimento, J. R. A. J. (2019). Motivação, autoestima e perfil socioeconômico dos praticantes de Sanda do Vale do São Francisco. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 17(2), 1- 9.
- Tubino, M. J. G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: Ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem.
- Vaeyens, R., Lenoir, M., Williams, M., & Philippaerts, R. (2008). Talent Identification and Development Programmes in Sport. Current Models and Future Directions. *Sports Medicine*, 38 (9), 703-714.